



PROTEGE S/A PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE VALORES

CNPJ nº 43.035.146/0001-85

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	2020	2019	Passivo	2020	2019
	Circulante			Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	335.381	32.413	Empréstimos e financiamentos	48.367	17.467
Contas a receber de clientes	161.179	109.360	Arrendamento mercantil	21.927	14.898
Impostos a recuperar	16.956	23.258	Fornecedores	20.279	18.608
Despesas antecipadas	19.265	8.377	Obrigações sociais	100.942	73.107
Outras contas a receber de partes relacionadas	1.427	9.022	Obrigações fiscais	27.370	30.827
Outras contas a receber	27.839	21.127	Outras contas a pagar para partes relacionadas	-	32
			Dividendos a pagar	-	7.853
			Outras contas a pagar	12.452	4.859
Total do ativo circulante	562.047	203.557	Total do passivo circulante	231.337	167.651
Não circulante			Não circulante		
Impostos diferidos	31.373	13.984	Empréstimos e financiamentos	109.065	34.663
Despesas antecipadas	178	178	Arrendamento mercantil	46.631	24.354
Impostos a recuperar	4.595	3.146	Obrigações fiscais	50.138	65.830
Outras contas a receber de partes relacionadas	-	183.326	Outras contas a pagar para partes relacionadas	1.309	1.303
Depósitos judiciais	23.447	21.979	Provisão para riscos	162.390	116.235
Investimentos	197	197	Passivo atuarial com plano médico	48.978	40.353
Imobilizado	439.153	335.248	Outras provisões	159	153
Intangível	49.005	35.196			
Total do ativo não circulante	547.949	593.254	Total do passivo não circulante	418.672	282.891
Total do ativo			Total do passivo e patrimônio líquido		
	1.109.996	796.811		1.109.996	796.811

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019
	Receita operacional líquida	
	1.327.439	890.308
Custo dos serviços prestados		
	(664.389)	(485.948)
Lucro bruto	663.050	404.360
Despesas operacionais		
Vendas	(16.489)	(16.754)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.184	3.377
Gerais e administrativas	(374.846)	(295.233)
Outras receitas operacionais líquidas	7.958	47.213
Lucro operacional antes do resultado financeiro	284.857	142.963
Receitas financeiras	15.792	13.590
Despesas financeiras	(20.111)	(12.887)
Resultado financeiro	(4.319)	703
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		
	280.538	143.666
Imposto de renda e contribuição social correntes	(92.817)	(43.778)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.179	(14.183)
Lucro líquido do exercício	191.900	85.705
Lucro por ação		
	0,61%	0,28%

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	Capital		Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	social	integralizar	Reserva legal	de retenção de lucros			
Saldo em 1º de janeiro de 2019	301.661	-	12.778	102.436	7.844	-	424.719
Capital social a integralizar	-	(143.210)	-	-	-	-	(143.210)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	85.705	85.705
Reserva legal	-	-	4.285	-	-	(4.285)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(7.853)	(7.853)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(12.502)	(12.502)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	61.065	-	(61.065)	-
Variação do passivo atuarial de plano médico	-	-	-	-	2.094	-	2.094
Outros resultados abrangentes	-	-	(243)	(2.441)	-	-	(2.684)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	301.661	(143.210)	16.820	161.060	9.938	-	346.269
Incorporação Proforte S/A Transporte de Valores	200.869	-	2.302	34.530	(69)	-	237.632
Redução de capital	(187.267)	-	-	-	-	-	(187.267)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	191.900	191.900
Reserva legal	-	-	9.595	-	-	(9.595)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(127.181)	(127.181)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	55.124	-	(55.124)	-
Variação do passivo atuarial de plano médico	-	-	-	-	(1.366)	-	(1.366)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	315.262	(143.210)	28.717	250.714	8.503	-	459.987

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Protege S.A. Proteção e Transporte de Valores ("Protege" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital 100% brasileiro, que tem por objeto social a prestação de serviços de transportes de valores em veículos especialmente construídos para esse fim, serviços de vigilância, processamento e custódia dos valores. Adicionalmente, presta serviços para estabelecimentos financeiros, comerciais, industriais e serviços. A Companhia está sediada no Estado de São Paulo à Rua dos Coqueiros, 1.300, em Santo André, e tem base para prestação de serviços nos Estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Acre, Rondônia e no Distrito Federal. Em 1 de julho de 2020, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a incorporação da empresa Proforte S/A Transporte de Valores ("Proforte") pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporação está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária da Companhia, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira das mesmas. Como resultado desta incorporação, a Proforte foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados. Os impactos da COVID-19 e da alteração no ambiente econômico foram considerados na preparação dessas demonstrações financeiras. **5. Sumário das principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Receita de contrato com cliente:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado de acordo com a efetiva prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita de juros sobre ativos financeiros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial desse ativo. **b) Instrumentos financeiros: i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **ii) Classificação e mensuração subsequente: Instrumentos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipuladas para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos. • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia. • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo. • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** • Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o "impairment" (quando aplicável) são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros:** A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias: • Empréstimos e recebíveis. • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como: • Ativos financeiros mantidos para negociação. • Ou instrumentos derivativos de "hedge". **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** • Ativos financeiros a VJR - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado. • Empréstimos e recebíveis - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. **iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual A Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **v. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. **vi) Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32. **c) Imobilizado: i. Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019
	Lucro líquido do exercício	
	191.900	85.705
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	66.756	49.198
Valor residual de ativos imobilizado e intangíveis baixados	1.050	168
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.184)	(3.377)
Constituição de provisão para riscos	136	14.309
Provisão para passivo atuarial com plano de assistência médica	2.932	6.269
Outras provisões	(48)	1.001
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	88.638	57.961
Juros e variações monetárias provisionadas	16.526	10.161
Aumento (redução) dos ativos operacionais	362.706	221.395
Contas a receber		
	(31.871)	(19.767)
Impostos a recuperar	13.609	(18.231)
Despesas antecipadas	(10.102)	(723)
Outras contas a receber	(1.770)	(159)
Depósitos judiciais	8.980	4.780
Partes relacionadas	219.158	(12.345)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	129	4.512
Obrigações sociais	7.427	251
Obrigações fiscais	(25.949)	(3.599)
Outras contas a pagar	7.352	(10.654)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	549.669	165.460
Juros pagos		
	(9.728)	(2.746)
IRPJ e CSLL pagos ou retidos	(98.762)	(36.223)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	441.179	126.491
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(61.349)	(69.192)
Aquisição de intangível	(11.541)	(6.496)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(72.890)	(75.688)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos captados	196.171	29.181
Empréstimos e financiamentos pagos	(94.451)	(16.412)
Pagamento de arrendamento mercantil	(32.007)	(16.764)
Dividendos pagos	(135.034)	(20.136)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(65.321)	(24.131)
Aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa		
	302.968	26.673
Saldo final	335.381	32.413
Saldo inicial	32.413	5.740
Aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	302.968	26.673

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

	2020	2019
	Lucro líquido do exercício	
	191.900	85.705
Variação do passivo atuarial de plano médico	(1.435)	2.094
Resultado abrangente total	190.465	87.799

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado. **g) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Arrendamentos:** Práticas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019: A norma CPC 06 (R2), aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, alterou o modelo de contabilização de arrendamentos ao exigir dos arrendatários o reconhecimento dos passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Os passivos de arrendamento correspondem aos fluxos de pagamentos futuros ajustados a valor presente, descontados por taxa de juros incrementais de empréstimos, e os ativos de direitos de uso são apresentados ao custo amortizado. Práticas contábeis aplicáveis antes de 1º de janeiro de 2019: Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem substancialmente para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade foram classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado foi mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo foi contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos sob outros arrendamentos foram classificados como arrendamentos operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos para arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento ao longo da vigência do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetivos sob arrendamentos financeiros foram alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras foram alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento, visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **i) Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros. • Despesa de juros. • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. • Ganhos/perdas em operações de "Swap". A receita e a despesa de juros são reconhecidos no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia adota a política contábil de apresentar os juros e dividendos pagos como atividades de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa. **j. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados com itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertirem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **k. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é decretada, o que ocorrer primeiro.

A Diretoria
Ronald Ferreira - Contador - CRC 1SP230211/0-5